

Sondagens de opinião pública em Espanha e em Portugal

INTRODUÇÃO

O presente capítulo lida com o desenvolvimento das sondagens de opinião pública em Espanha e em Portugal.

Há um importante factor comum que influencia a história das sondagens à opinião pública (e, mais especificamente, política) em Espanha e em Portugal — nomeadamente o facto de ambos os países se terem democratizado bastante tardiamente em comparação com a maioria dos países europeus.

Se bem que o caminho para a democracia tenha sido bastante diferente em cada um dos países, o resultado final revelou-se bastante similar. Em ambos os casos, após as turbulências iniciais, assistiu-se ao estabelecimento de um sistema democrático plenamente desenvolvido que tem funcionado de modo bastante regular desde o início dos anos 80.

Por conseguinte, em ambos os países, as sondagens de opinião apresentam, sob regimes autoritários, uma *pré-história* algo aparentada, bem como uma *história* bastante semelhante de pleno desenvolvimento em finais dos anos 70 e inícios dos anos 80, que acompanhou a par e passo o florescimento democrático.

Dedicaremos grande parte da nossa atenção aos desenvolvimentos verificados nos anos 80 e 90, de modo a descrevermos o *amadurecimento* do mercado da opinião pública em ambos os países. Os leitores mais interessados nos aspectos *pré-históricos* das sondagens à opinião pública, ocorridos

* Director de Relações Corporativas do Grupo BBVA, Espanha.

durante os longos anos dos regimes autoritários que prevaleceram em Espanha e em Portugal até meados dos anos 70, encontrarão claras referências ao assunto nas obras de Juan Antonio Giner (1983) e Rafael López Pintor (1982), para o caso espanhol. Tanto quanto sei, não existe qualquer estudo histórico similar para o caso português.

Abordaremos separadamente os desenvolvimentos em Espanha e em Portugal em duas secções diferentes do presente artigo.

AS SONDAGENS POLÍTICAS EM ESPANHA

BREVE RESUMO DOS ANTECEDENTES: AS FASES INICIAIS DAS SONDAGENS DE OPINIÃO PÚBLICA ANTES DA DEMOCRACIA

As sondagens de opinião pública num contexto científico têm sido irregularmente realizadas em Espanha desde meados dos anos 60, altura em que o sistema autoritário franquista se encontrava ainda firmemente instalado. As principais influências que afectavam estes acontecimentos ocasionais eram: (a) a progressiva abertura do regime político a influências externas; (b) o desenvolvimento de uma elite tecnocrática familiarizada com a utilização de sondagens com vista a uma série de propósitos de ordem política e social; (c) o trabalho de um grupo de profissionais tanto no sector académico como privado, muitos deles educados nos Estados Unidos, que *importaram* as técnicas fundamentais das ciências sociais empíricas e, especificamente, a pesquisa por inquérito.

Juan Antonio Giner (1982) rotula o período entre 1958 (altura em que a Espanha abandonou a política isolacionista inicialmente desenvolvida pelo regime de Franco) e 1976 (imediatamente a seguir à morte de Franco) como a «descolagem» das sondagens à opinião pública. O autor documenta os desenvolvimentos ocorridos durante esses anos nos sectores privado, académico e público. Poderíamos acrescentar algo ao seu excelente trabalho — nomeadamente o facto de que as restrições às sondagens políticas criaram uma situação algo dual. Se, por um lado, essas restrições impossibilitaram o desenvolvimento de uma tradição *adulta* de sondagens políticas, por outro, o desenvolvimento das pesquisas por inquérito com diversos propósitos comerciais ou sociais acompanhou em grande medida o dos restantes países europeus.

Assim, após a morte de Franco, e uma vez eliminadas as restrições à liberdade de imprensa, o desenvolvimento da área das sondagens ocorreu num período de tempo muito curto, uma vez que a maior parte das bases metodológicas e das capacidades logísticas já existiam.

Há que dedicar algumas palavras à criação, em 1963, do Instituto de la Opinión Pública, um organismo público ligado ao Ministério da Informação

e do Turismo cuja principal responsabilidade era conduzir sondagens sobre uma série de assuntos de interesse público. Durante a transição democrática, em 1977, o Instituto foi rebaptizado com o nome de Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), um organismo que deveria fornecer ao governo dados sobre a opinião pública e, em termos mais gerais, promover a investigação social empírica (López Pintor, 1982). Em finais da década de 80, este organismo passou a estar sujeito a controlo parlamentar. Ao longo da maior parte da sua existência, o CIS tem-se revelado um produtor fidedigno e seguro de sondagens à opinião pública espanhola. Actualmente, a impressionante reserva de dados acumulada ao longo de mais de trinta anos está à disposição dos investigadores e do público, em geral, representando a mais importante fonte para a investigação da opinião social e política em Espanha.

SONDAGENS EM LIBERDADE: AS SONDAGENS DE OPINIÃO ENTRE 1977 E 1979

Quando as primeiras eleições democráticas foram convocadas para 15 de Junho de 1977, tinham sido já publicadas várias sondagens nos jornais espanhóis, numa tentativa de antecipar de algum modo os possíveis resultados dessas eleições. Tendo em conta que o processo político subjacente (e, em especial, a criação dos partidos) foi um fenómeno bastante repentino — com uma série de coligações, mudanças de nomes e posicionamentos de líderes num período de tempo muito curto —, não nos surpreende que a maior parte dos prognósticos tivesse ficado muito longe dos resultados reais. Há que registar o facto de não ter sido promulgada regulação específica relativamente à publicação de sondagens. Desse modo, os jornais mais importantes (*ABC*, *El País*, *La Vanguardia* e *Ya*) e as agências de informações (Europa Press) puderam publicar dados praticamente nas vésperas das eleições. No conjunto, os meios de comunicação publicaram 12 sondagens diferentes, conduzidas por sete organismos diferentes, ao longo das seis semanas que antecederam as eleições. Tudo considerado, as sondagens conseguiram antecipar as principais tendências dos resultados (Giner, 1982; Monzón e Rospir, 1992), se bem que algumas delas tenham errado na previsão do líder — o que não é de todo estranho, já que entre a maioria relativa do primeiro (UCD, um partido do centro) e do segundo (PSOE, um partido socialista) se registou uma diferença inferior a 4 pontos percentuais.

As sondagens não constituíram um ponto importante nos debates realizados antes ou depois das eleições de 1977. Podemos também afirmar que não desempenharam um papel de relevância num processo em que tudo era novo, e o mais provável era que não existisse sequer suficiente familiaridade (entre os jornalistas e o público) com este instrumento.

As coisas revelaram-se claramente diferentes aquando da convocação das eleições de Março de 1979, no seguimento da aprovação e ratificação popu-

lar de uma nova Constituição democrática. A incerteza quanto aos resultados estimulou o interesse pelas sondagens. A sondagem mais ampla, conduzida pela SOFEMASA e publicada pelo *El País* quatro dias antes das eleições, previa uma vantagem de 2 pontos percentuais do Partido Socialista sobre o centrista UCD, o partido então no poder, e um resultado muito fraco para o partido de direita Coalición Democrática. Subsequentemente, dois outros jornais que tendiam politicamente para o partido do governo (*Ya* e *Diario 16*) publicaram uma sondagem conduzida por uma agência francesa fantasma que prognosticava uma vantagem de 3 pontos da UCD sobre os socialistas. De facto, os resultados reais ficaram muito próximos das previsões desta última sondagem... que nunca existiu, como viria a ser revelado mais tarde (Ramírez, 1979).

Após as eleições, tanto à esquerda como à direita, houve quem protestasse furiosamente (Giner, 1982), argumentando que esta falsa sondagem tinha exercido um impacto enorme sobre as decisões dos votantes indecisos até ao último momento (o que, provavelmente, não aconteceu).

Fosse como fosse, a polémica teve consequências: os socialistas apoiaram uma iniciativa da aliança de direita Coalición Democrática para a aprovação de novas leis eleitorais, que seguiam na linha do modelo francês de 1977 (Giner, 1983; López Pintor, 1982). O conteúdo essencial dessa lei foi incluído na Ley Orgánica de Régimen Electoral General; aprovada em 1986, a lei permaneceu em vigor desde então, sem sofrer alterações significativas (Wert, 1994).

Fundamentalmente, a lei inclui dois conteúdos diferentes. Em primeiro lugar, as *normas de garantia*, que obrigam a que todas as sondagens publicadas pelos meios de comunicação durante os períodos eleitorais incluam necessariamente uma série de especificações técnicas, bem como a transcrição textual do questionário e a percentagem dos inquiridos em cada categoria de resposta, entre outras coisas. De um modo geral, estas especificações estão em conformidade com a maioria dos códigos de auto-regulação (WAPOR, AAPOR, ESOMAR) e não merecem críticas de grande monta, se bem que continue a ser extremamente duvidoso que a aplicação da lei seja mais eficaz do que a auto-regulação.

O outro conteúdo da lei eleitoral, a *norma de veto*, proíbe a publicação de sondagens políticas durante os cinco dias anteriores a quaisquer eleições. Na minha opinião, trata-se de uma medida extremamente criticável sob vários aspectos (Wert, 1994 e 1996). Para referir apenas um, legalmente, o veto de publicação pode resultar na violação da provisão constitucional que garante a liberdade de expressão e o direito de acesso à informação objectiva de todos os cidadãos espanhóis (artigo 20 da Constituição espanhola). Infelizmente, não foi ainda possível reunir consenso suficiente para levar adiante uma acusação constitucional contra essa regulação. Mas, tentando ver as

coisas pelo lado mais positivo, julgo que o caso poderia ser consideravelmente pior: a primeira versão da lei apoiada pela Coalición Democrática em 1980 pretendia proibir a publicação de sondagens pré-eleitorais durante todo o período da campanha (Wert e López Pintor, 1989).

SONDAGENS SOB REGULAÇÃO: AS SONDAGENS DE OPINIÃO POLÍTICA A PARTIR DE 1980

Depois da aprovação, em 1980, da nova lei eleitoral que regulamenta a prática das sondagens de opinião política durante os períodos eleitorais tiveram lugar em Espanha cinco eleições gerais (1982, 1986, 1989, 1993 e 1996) e um grande número de eleições de *segunda ordem* (locais, regionais, europeias).

A história das sondagens de opinião política reflecte claramente a evolução do contexto político. A situação política que prevaleceu em Espanha durante as duas últimas décadas é relevante para explicar o modo como as sondagens de opinião política têm evoluído ao longo desse mesmo período. Entre 1982 e 1993, ou seja, durante a maior parte do período em questão, a competição eleitoral foi extremamente limitada. A distância entre a primeira (PSOE) e a segunda força eleitoral (AP, rebaptizada PP em 1989) foi de 21,4 pontos percentuais em 1982, 17,8 em 1986 e 13,7 em 1989. Nos três casos, o PSOE assegurou uma maioria absoluta, com uma maioria relativa de 97, 81 e 71 assentos parlamentares sobre os seus principais oponentes numa câmara constituída por 350 assentos. Estes resultados indicam que não havia espaço para a incerteza e que o papel *profético* das sondagens políticas era, em certo sentido, redundante.

Nos dias que se seguiram à tentativa de golpe de Estado de 1981, as sondagens forneceram informações extremamente relevantes para avaliar o grau de apoio público à mesma (que era praticamente nulo), assim como as eventuais consequências políticas da situação em termos de realinhamento político (que, por seu turno, parecia muito profundo). López Pintor (1994) assinala o facto de que «uma minoria muito reduzida considerava que, depois de ter falhado, o golpe de Estado representaria um enfraquecimento da democracia. A maioria era da opinião de que o golpe de Estado reforçaria a democracia. Esta opinião reflecte melhor do que muitos outros indicadores as razões que levaram à vitória do PSOE nas eleições que tiveram lugar um ano e meio depois» (pp. 582-583).

A crescente debilidade do governo da UCD de Calvo-Sotelo (em 1981-1982) tornou evidente para uma parte decisiva dos votantes que apenas o PSOE teria os recursos políticos necessários para garantir o controlo democrático do poder político. Nesses meses, as sondagens, conduzidas pelo CIS e por empresas privadas, mostraram que os socialistas contavam com um

crescente apoio eleitoral. Em inícios de 1982 tornou-se claro que apenas o PSOE tinha condições para ganhar as eleições marcadas para 1983. A decisão de convocar eleições antecipadas para Outubro de 1982 não foi consequência de qualquer previsão de uma melhor *performance* para o partido do governo, mas simplesmente a resposta mecânica ao facto de que, dos 168 deputados da UCD eleitos em 1979, menos de 100 permaneciam sob a bandeira do partido no Verão de 1982. Os restantes tinham atravessado as fronteiras do partido, tanto à esquerda como à direita, em diferentes episódios de dissidência.

Assim, nas vésperas das eleições de 1982, o grau de incerteza era muito limitado. Todas as sondagens publicadas previam a vitória do PSOE, chegando mesmo a exagerá-la ligeiramente (Monzón e Rospir, 1992). Uma vez que estiveram em conformidade com o significado político das eleições, as projecções não foram alvo de críticas significativas depois de conhecidos os resultados, se bem que algumas delas o merecessem, dado o desvio das previsões face aos resultados. Nas eleições de 1993 e 1996, desvios de importância numérica muito mais reduzida foram considerados inaceitáveis. Contudo, estes desvios de menor dimensão revestiram-se de uma muito maior importância política do que os das sondagens de 1982.

De facto, as sondagens de opinião pública desempenharam um papel muito mais importante num dos casos mais decisivos do período — nomeadamente o referendo sobre a adesão espanhola à NATO, que teve lugar em Março de 1986. A Espanha tinha aderido à NATO nos finais do período da UCD, e, por essa altura, os socialistas opunham-se veementemente a essa decisão, comprometendo-se a convocar um referendo, caso ganhassem as eleições, como meio de promoverem a retirada da Espanha dessa organização.

Porém, em 1985, a Espanha aderiu ao mercado comum, e a liderança do PSOE compreendeu, lucidamente, que existia uma ligação óbvia entre essa filiação e a adesão à NATO. Contudo, em vez de trair a promessa do referendo, Felipe González decidiu convocá-lo... para promover a permanência da Espanha na NATO. De um modo bastante paradoxal, os líderes da Coalición Popular, um partido pró-NATO, envolveram-se numa campanha activa a favor da abstenção no referendo.

Todas as sondagens publicadas, sem excepção, antecipavam a vitória do NÃO por uma margem significativa (entre os 5 e os 15 pontos percentuais). Entretanto, o CIS, cujas sondagens sobre o assunto não foram publicadas durante a campanha, pôde proporcionar um quadro bastante diferente. Lidando cuidadosamente com as subtilidades envolvidas no dilema (o contexto político, a forma dada à questão), as sondagens do CIS reflectiram muito claramente a nova dinâmica da decisão popular. Após uma sondagem conduzida precisamente na véspera do referendo, o CIS chegou a uma previsão extremamente precisa (CIS, 1987; López Pintor, 1994). O resultado

final, com uma participação de 60% dos votantes, foi de 59,4% para o SIM, contra 40,6% para o NÃO. Este resultado teve consequências duradouras: reforçou a liderança de Felipe González e enfraqueceu a oposição, estabelecendo novas bases para a hegemonia de que os socialistas gozaram ao longo da década.

Depois do sucesso do referendo, as eleições foram antecipadas alguns meses para beneficiarem do *efeito de lua-de-mel* da inesperada vitória de Felipe González. Embora a atmosfera política não oferecesse grande margem para a incerteza, realizou-se um número bastante alargado de sondagens. A precisão melhorou bastante em comparação com os esforços anteriores: os desvios médios para os dois principais partidos rivais foram inferiores a 2 pontos (Wert e López Pintor, 1989; Monzón e Rospir, 1992).

A principal inovação introduzida nestas eleições em termos de sondagem política foi o facto de se publicar pela primeira vez em Espanha uma sondagem à boca das urnas, encomendada pela Radio Televisión Española. Esta primeira experiência revelar-se-ia um considerável fracasso, apresentando um desvio muito acentuado quanto à distribuição dos assentos parlamentares: as projecções deram ao PSOE um número de lugares 15% superior ao que os socialistas realmente conquistaram; além disso, os resultados da Coalición Popular foram subestimados de um modo ainda mais grosseiro, 20% abaixo do seu nível real.

É possível explicar as diferenças entre as sondagens pré-eleitorais e a sondagem à boca das urnas. Entre 1982 e 1993, as sondagens de opinião pública em Espanha evidenciaram um padrão de desvio muito consistente. Praticamente, em todas as amostras, o eleitorado do PSOE era sobrestimado entre 10% e 15%, ao passo que o da Coalición Popular (mais tarde Partido Popular) era subestimado entre 40% e 20%. Discussões intermináveis entre académicos e técnicos de sondagens não puderam adiantar qualquer pista sólida sobre a razão deste erro, que podia estar associado à amostragem ou às declarações dos inquiridos.

O fenómeno incluía, provavelmente, ambos os ingredientes: havia um erro de amostragem, no sentido em que os votantes da Coalición Popular estavam menos disponíveis do que os do PSOE, e havia também um erro declarativo, uma vez que a Coalición Popular era entendida como um partido demasiado à direita, sofrendo durante um longo período de uma certa falta de legitimidade (Wert, 1996). Contudo, os técnicos de sondagens acabariam por aprender a lidar de modo bastante eficaz com o problema, recorrendo fundamentalmente à ponderação das amostras de acordo com os resultados reais dos partidos nas eleições anteriores. Durante anos, esta estratégia simples e elementar teve resultados bastante positivos. Só depois da crise do PSOE, no início dos anos 90, a ponderação começou a mostrar-se menos eficaz. Mas, regressando às sondagens à boca das urnas de 1986, não se aplicou qualquer ponderação às

respostas dos votantes, que reproduziram, em menor grau, o mesmo erro registado nas sondagens pré-eleitorais. O facto sugere claramente que o erro declarativo tinha exercido uma influência real ao longo desse período.

A ocasião eleitoral que se seguiu, a eleição antecipada de Outubro de 1989, constituiu, provavelmente, a mais *serena* em termos de sondagens de opinião pública. Embora o equilíbrio político se tivesse tornado um pouco mais complexo, dado um relativo enfraquecimento do PSOE, o grau de incerteza foi, uma vez mais, muito limitado: a vitória dos socialistas era dada por garantida e, aparentemente, a única questão em aberto era se manteriam ou não a maioria no parlamento, ainda que parecesse impossível que a oposição formasse qualquer tipo alternativo de coligação contra eles.

Os meios de comunicação encomendaram sondagens a dez empresas diferentes, e as previsões revelaram-se quase tão precisas como tinham sido três anos antes (quadro n.º 1). Os desvios médios foram um pouco mais acentuados do que na ocasião precedente (principalmente porque o Partido Popular, sob nova liderança, foi subestimado, enquanto o centrista CDS foi, de um modo geral, sobrestimado), mas tiveram pouco impacto na distribuição prevista dos lugares. Por fim, o PSOE obteve exactamente metade dos assentos parlamentares e o PP saiu-se melhor do que o esperado, ao passo que os centristas obtiveram um resultado decepcionante. Na mesma ocasião, as sondagens à boca das urnas foram também muito precisas, já que os técnicos de sondagens tinham retirado as ilações necessárias da experiência de 1986 (Monzón e Rospir, 1992).

As eleições autárquicas de 1991, de um modo geral ganhas pelos socialistas, deram o primeiro sinal do fim da estabilidade eleitoral que tinha caracterizado os anos 80. Se bem que, ao nível nacional, os socialistas continuassem a manter uma vantagem de 13 pontos relativamente ao Partido Popular, a sua percentagem de votos nas cidades sofreu uma erosão significativa. De facto, a direita conquistou o governo local em cidades como Madrid, Valência ou Sevilha, que até então tinham sido sempre governadas pelos socialistas.

No período imediatamente a seguir às celebrações de 1992 (os Jogos Olímpicos em Barcelona e a Expo em Sevilha) tornou-se evidente que a economia espanhola se encontrava em profunda recessão. Para agravar a situação, o *caso Filesa*, relacionado com a criação de um *holding* sofisticado cujo objectivo era canalizar fundos privados — e duvidosos — para os socialistas, foi exposto publicamente. As taxas de aprovação do governo caíram dramaticamente e a popularidade de Felipe González foi seriamente afectada. Além disso, o clima interno do Partido Socialista era mais do que tempestuoso, já que a ala mais à esquerda, encabeçada pelo anterior vice-presidente Alfonso Guerra, se sentia cada vez mais excluída dos círculos de decisão do partido. Nestas circunstâncias, o primeiro-ministro González decidiu convocar eleições para 6 de Junho, quatro meses antes do previsto.

Resumo das sondagens para as eleições legislativas espanholas, 1989

[QUADRO N.º 1]

Agência de pesquisa	Datas do trabalho de campo 1989)	Publicação (1989)	N	FSOE	PP	CDS	IU	CIU	PNV	HB
Sigma-Dos	2-3/9	<i>Tiempo</i> (11/9)	800	39,0-41,0	23,0-25,0	8,5-9,5	6,5-7,5	4,5-5,0	1,0-1,2	1,0-2
Inst. Opina	7-11/9	<i>La Vanguardia</i> (15/9)	2 800	41,0	24,0	9,0	8,8	4,8	2,0	-
Sigma-Dos	6	<i>Tiempo</i> (16/9)	-	44,35	26,15	9,16	4,66	5,05	1,04	1,1
Sigma-Dos	7-8/9	<i>Tiempo</i> (16/9)	800	38,0-39,0	22,5-24,0	10,0-11,0	8,0-9,0	4,5-4,7	1,0-1,1	1,0-1
Dym	29-30/8	<i>Cambio 16</i> (18/9)	1 000	40,6	25,1	9,2	6,4	5,2	1,4	1,4
ICP-Research	16-19/9	<i>Diario 16</i> (24/9)	1 600	38,2	20,2	9,1	10,0	4,7	1,3	1,4
Metra Seis	19-22/9	<i>El Independiente</i> (1/10)	13 950	38,2	22,3	9,2	8,0	5,0	1,3	1,0
CIS	23-27/9	<i>El País</i> (6/10)	2 500	38,0	12,0	7,0	7,0	-	-	-
Demoscopia	25-30/9	<i>El País</i> (8/10)	6 200	42,1	23,8	7,3	8,7	4,6	1,1	0,5
Gruppo	30-31/10	<i>Ya</i> (8/10)	1 500	38,3	24,1	9,0	7,4	4,7	1,1	1,1
Gruppo	16-17/10	<i>Ya</i> (22/10)	1 500	40,1	23,6	9,3	7,5	4,8	1,1	1,0
Demoscopia	9-15/10	<i>El País</i> (22/10)	6 200	41,6	22,8	9,1	8,0	5,0	1,5	1,0
ICP-Research	16-19/10	<i>Diario 16</i> (22/10)	9 524	40,5	19,1	8,5	10,3	4,9	1,4	1,2
Sigma-Dos	16-17/10	<i>El Mundo</i> (23/10)	8 400	39,2	24,2	10,3	8,0	4,9	1,4	1,1
Inst. Opina	16-17-18/9	<i>La Vanguardia</i> (23/10)	3 262	41,5	25,0	7,8	6,5	4,5	1,9	-

Fonte: Adaptado de Monzón e Rospir (1992).

Pela primeira vez desde há mais de uma década, as eleições tiveram um sabor competitivo. As séries do CIS mostravam que a vantagem dos socialistas se estreitava de mês para mês e na altura em que as eleições foram convocadas algo de semelhante a uma situação de empate predominava nas sondagens.

Esta situação teve um impacto evidente sobretudo no número de sondagens encomendadas e publicadas pelos meios de comunicação, mais alargado do que nunca. De acordo com os dados que possuímos, e considerando apenas os jornais diários de circulação nacional (ou quase), foram publicadas 22 sondagens entre a data de convocação das eleições e o último dia em que era permitida a publicação. Estas sondagens foram realizadas por oito empresas diferentes.

A dimensão das amostras variava entre um mínimo de 1000 e um máximo de 15 000. O trabalho de campo por entrevista directa predominou claramente (14 das 22 sondagens foram realizadas segundo este método), mas, pela primeira vez na tradição espanhola de sondagens eleitorais, um número substancial de sondagens foi conduzido por via telefónica (principalmente CATI). Vale a pena fazer notar que em 1993 a taxa de penetração telefónica dos lares espanhóis era inferior ao limiar dos 90%, convencionalmente entendida como a taxa de penetração mínima para garantir a fiabilidade das sondagens políticas.

Tudo considerado, este processo teve um efeito negativo sobre o crédito social das sondagens políticas em Espanha (Wert, 1996). Efeito esse que foi, provavelmente, sobrestimado. O resultado final das eleições foi um *parlamento dividido*: com 38,5% dos votos, os socialistas obtiveram 159 assentos (são necessários 176 para uma maioria); o PP, com 34,6% dos votos, obteve 141; e os comunistas e os aliados da IU, com 9,6%, obtiveram 17 lugares; os nacionalistas da Catalunha (CiU), com 4,9%, obtiveram 17 (quadro n.º 2).

Quanto às últimas sondagens pré-eleitorais — publicadas sete dias antes das eleições devido à interdição legal de publicação nos cinco dias que antecedem os actos eleitorais —, as suas previsões foram mais precisas (ou, melhor dito, menos imprecisas) do que a imagem que prevaleceu posteriormente. Para o PP previu-se entre 33,0% e 35,6%, ou seja, um erro por defeito de 1,8 e um erro por excesso de 0,8. Os desvios foram mais acentuados no caso do PSOE — as previsões indicavam entre 32,1% e 35,0%, isto é, um erro por defeito entre 6,7 e 3,8, superior ao erro-padrão. Por seu turno, a IU foi sobrestimada apenas entre 0,5 e 1,8 (quadro n.º 2).

É bastante evidente que, no caso do PSOE, a maior parte do desvio ficou a dever-se aos efeitos combinados da mobilização de última hora e da transferência de uma parte do eleitorado da IU (cujo líder, Julio Anguita, sofrera um ataque cardíaco no início da campanha eleitoral). Mas podemos dizer com alguma justiça que o «empate» entre o PP e o PSOE prognos-

Eleições legislativas espanholas: previsões de voto, 1993

[QUADRO N.º 2]

	ICP-Research		Inst. Opina		Gallup		Vox Pública		Sigma-Dos		Demo
	Diario 16		La Vanguardia		Ya		El Periódico de Catalunya		El Mundo		El/1
	27 de Maio		30 de Maio		30 de Maio		30 de Maio		30 de Maio		30 de Maio
	Percentagem	Assentos	Percentagem	Assentos	Percentagem	Assentos	Percentagem	Assentos	Percentagem	Assentos	Percentagem
PP	32,8	141-149	33,0	140-147	32,5	134-151	35,9	147-155	34,8	147-155	34,8
PSOE	33,5	137-145	32,1	134-139	34,5	133-152	34,6	132-141	34,5	132-141	34,5
IU	10,6	19-24	10,6	23	10,1	19-24	11,4	25-28	10,7	25-28	10,7
CIU	5,1	17-19	5,6	21	5,5	19-21	4,9	17-19	5,0	17-19	5,0
CDS	3,0	1-2	2,6	-	2,3	0-1	1,4	-	2,4	-	2,4
PNV	1,3	7-8	1,4	8	1,5	6-7	1,3	5-6	1,4	5-6	1,4
CC	-	3-4	0,8	4	1,0	4-6	0,6	3	0,7	3	0,7
HB	-	3-4	1,0	4-5	1,1	3-4	1,0	3-4	0,8	3-4	0,8
ERC	-	1-2	0,9	0-1	0,7	1	0,7	1	0,7	1	0,7
EA	-	0-1	0,5	1	0,7	1-3	0,8	2-3	0,5	2-3	0,5
UV	-	0-1	0,9	2	0,9	2-3	0,5	1	0,6	1	0,6
PAP	-	-	0,5	2	0,5	1	0,3	1	-	-	-
PA	-	-	-	-	0,7	-	0,5	-	-	-	-
BNG	-	0-1	-	-	0,5	1-2	0,3	-	0,5	-	0,5
Outos	11,5	3	10,5	2	7,5	-	5,6	1	6,9	1	6,9
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Votos	76,5	-	70,2	-	74,8	-	-	-	73	-	73
Abstenção	23,5	-	29,8	-	-	-	-	-	27	-	27
Indecisos	-	-	-	-	25,2	-	-	-	-	-	-
Entrevista directa	10 000	-	Entrevista directa	6 050	Entrevista directa	8 148	Entrevista directa	13 200	Entrevista	11	Entrevista
Telefone	2 000	-	Telefone	2 000	Telefone	8 148	Telefone	13 200	Entrevista	11	Entrevista
Tipo de inquérito/dimensão da amostra											

Fonte: Elaboração do autor.

ticado por todas as sondagens publicadas no domingo, 30 de Maio, reflectia adequadamente a situação *real* nessa data. Além disso, depois de publicadas as sondagens, houve um importante debate televisivo entre os dois principais líderes que alcançou uma enorme audiência (foi a maior audiência televisiva desse ano em Espanha), e as sondagens realizadas no dia seguinte deram uma larga vitória a Felipe González sobre José María Aznar. O impacto desse debate sobre os votantes indecisos foi, provavelmente, determinante (Gunther, Montero e Wert, 1999). A má prestação das sondagens políticas nessa ocasião foi em grande medida condicionada pela norma de veto. Contudo, após as eleições, as sondagens foram alvo de críticas muito duras. O jornal *The Times* resumiu a situação do seguinte modo: «[...] para os técnicos de sondagens, as eleições legislativas espanholas constituíram outra noite de absoluta tristeza» (Henn, 1998).

Contudo, ao contrário do verso cantado por Frank Sinatra, *o pior estava ainda para chegar*. Logo a seguir às eleições de 1993, a situação política deteriorou-se ainda mais. O governo socialista viveu uma situação dramática durante a primeira metade de 1994. A economia continuava bastante debilitada, os escândalos sucediam-se quase diariamente e a oposição bilateral ao governo por parte do PP, à direita, e da IU, à esquerda, era mais feroz do que nunca. Nas eleições europeias de Junho desse ano, o PP venceu — pela primeira vez desde 1982, os socialistas eram derrotados num processo eleitoral de nível nacional — por uma margem de 10 pontos, ao passo que os comunistas e seus aliados da IU alcançaram os 14%, um recorde histórico. As sondagens cumpriram adequadamente a sua função: todas elas prognosticaram a vitória do PP e a maior parte antecipou as verdadeiras dimensões dessa vitória.

Um ano mais tarde, em Maio de 1995, um processo eleitoral de maior importância — as eleições autárquicas em toda a Espanha e as eleições regionais em 13 das 17 regiões do país, ambas convocadas para o mesmo dia — constituiu uma nova oportunidade para pôr à prova a força dos *ventos de mudança* que varriam a paisagem política. A partir desse momento, a transferência de poderes foi bastante impressionante: o PP conquistou o governo de quase todas as grandes cidades espanholas, com a única excepção das cidades da Catalunha, obtendo ainda uma clara maioria de governos regionais, incluindo o das Astúrias e o de Valência, bastiões tradicionais dos socialistas, que tinham governado essas regiões durante mais de uma década.

Contudo, estes resultados, especialmente quando comparados com os resultados das anteriores eleições europeias (de 1994) e com as previsões das sondagens pré-eleitorais, deram alguns sinais de aviso, que a maioria dos técnicos de sondagens (incluindo o autor do presente artigo) não souberam interpretar de modo adequado. Um mais profundo entendimento dos resultados de 1995 teria reforçado as *precauções* interpretativas face às eleições gerais seguintes.

De facto, a vitória do PP não era o único factor a ter em conta nesses resultados. A vantagem do PP sobre os socialistas nas eleições autárquicas era de 5 pontos percentuais a nível nacional — ou seja, cerca de metade da vantagem obtida nas eleições europeias, mas com uma participação mais elevada (60% nas eleições europeias; 70% nas eleições autárquicas). Este desvio recebeu muito pouca atenção, dada a espectacularidade do resultado político em termos da quantidade de poder institucional que passava das mãos dos socialistas para as do PP.

Elizabeth Noelle-Neumann (1984) cunhou a teoria da *espiral de silêncio* para descrever essas situações em que os apoiantes de um determinado partido são significativamente menos ruidosos do que os de outros partidos. Foi esse o caso de uma proporção substancial dos apoiantes do PSOE durante esse período. As pressões resultantes do clima de opinião eram muito desfavoráveis aos socialistas. Contudo, se bem que muito eficazes à superfície, ao nível da *pele social* — para utilizar de novo um conceito de Noelle-Neumann —, essas pressões não atingiam os níveis mais profundos da identidade política, as raízes do sentido de pertença e identificação políticas. Assim, um parte dos eleitores do PSOE começou a «desaparecer» nas sondagens, transmitindo a impressão de que os socialistas se encontravam muito atrás do PP, esperando-se assim uma grande vitória do PP, que deveria alcançar a maioria absoluta ou um resultado muito próximo disso.

Depois de convocadas as eleições, foram publicadas em jornais diários e revistas semanais 18 sondagens conduzidas por sete empresas diferentes. A dimensão das amostras variava entre um mínimo de 1000 entrevistas e um máximo de 15 000. Dez dessas sondagens foram realizadas por entrevista directa, seis por via telefónica e duas — conduzidas conjuntamente por duas agências diferentes — foram em parte por entrevista directa e em parte por via telefónica. Nestas sondagens foram utilizadas cerca de 100 000 entrevistas, o que representa uma amostra média bastante ampla de mais de 5000 entrevistas (quadro n.º 3).

Se bem que existam algumas diferenças entre as diversas sondagens publicadas, o resultado global em termos de precisão foi considerado desastroso. O que é verdade, em certa medida. O resultado das eleições, com uma participação de 78%, foi de 38,9% para o PP (156 assentos parlamentares, ou seja, a 20 de distância da maioria), 37,7% para o PSOE (141 assentos), 10,5% para a IU (21 assentos) e 11,9% para os outros (32 assentos). As sondagens tinham previsto entre 39% e 44% para o PP — o que equivale a uma média, bastante aceitável, de 41%. Para o PSOE, as previsões oscilaram entre os 32% e os 35%, numa média, consideravelmente pior, de 33%. A IU foi claramente sobrestimada, variando entre os 11% e os 13% nas previsões publicadas. Mas o factor crucial que levou a uma generalizada impressão negativa sobre o desempenho das sondagens foi a tradução em assentos parlamentares da distância sobrestimada entre o PP e o PSOE. De facto, as previsões apontavam

Eleições legislativas espanholas: previsões de voto, 1996

[QUADRO N.º 3]

	Sigma-Dos e Vox Pública		Inst. Opina		Demoscopia		Tábula V		Metra	
	<i>El Mundo</i>		<i>La Vanguardia</i>		<i>El País</i>		<i>ABC</i>		<i>Ya</i>	
	24 de Fevereiro	25 de Fevereiro	25 de Fevereiro	25 de Fevereiro	25 de Fevereiro	25 de Fevereiro	25 de Fevereiro	25 de Fevereiro	25 de Fevereiro	25 de Fevereiro
PP	Percentagem	Assentos	Percentagem	Assentos	Percentagem	Assentos	Percentagem	Assentos	Percentagem	Assentos
PSOE	-	170-179	41	160-170	42,4	170-178	44,1	180	41,7	1
IU	-	113-123	35	135-145	33,4	118-128	32,5	123	32,2	1
CIU	-	25-29	10,5	19-21	12,3	24-27	12,8	24	11,9	
CDS	-	14-15	4,5	14-15	4,2	13-15	4,2	13	4,2	
PNV	-	6-7	1,5	5-6	1,1	5-6	0,8	4	1,3	
CC	-	2-3	-	-	0,8	3	-	-	0,7	
HB	-	2	-	-	0,5	2	-	-	0,7	
ERC	-	1	1,0	1-2	0,9	1	-	-	0,8	
EA	-	1	-	-	0,4	1	-	-	0,5	
UV	-	1	-	-	0,3	-	-	-	0,3	
PA	-	-	-	-	0,6	0-1	-	-	0,5	
BNG	-	-	-	-	0,6	1	-	-	0,7	
Outros	-	-	6,5	6	2,5	-	5,6	6	4,5	
NS/NR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	777-79
Votos	-	-	-	-	80	-	-	-	-	-
Abstenção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indecisos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tipo de inquérito/dimensão da amostra	Entrevista directa	12 990	Telefone	2 369	Entrevista directa	3 500	Entrevista directa	3 035	Entrevista directa	Telefo
										15 00

Fonte: Elaboração do autor.

para uma distância entre os 4 e os 12 pontos percentuais, numa média de 8,4 pontos percentuais. Ora, essa maioria relativa, quando traduzida em assentos parlamentares, oferecia uma imagem bem diferente daquela que na realidade prevaleceu: a previsão média era de 170 lugares para o PP, 125 para o PSOE e cerca de 25 para a IU.

O impacto deste episódio nos meios de comunicação e, desse modo, na opinião pública, em geral, foi extremamente negativo. Nas semanas que se seguiram às eleições, as sondagens, ou, mais propriamente, os técnicos de sondagens, foram acusados de manipulação, fraude e incompetência técnica.

Os meios de comunicação conotados com a direita defenderam que as sondagens tinham contribuído para criar a impressão de uma vitória totalmente garantida do PP, causando desse modo um excesso de confiança por parte dos votantes que teria levado à desmobilização de alguns deles. Os meios de comunicação conotados com a esquerda, por seu turno, argumentaram que a imagem criada pelas sondagens tinha desmobilizado os votantes de esquerda, que teriam ido às urnas caso houvesse um clima de incerteza quanto aos resultados. Na realidade, os críticos de ambos os lados esqueceram que a participação eleitoral foi invulgarmente elevada (mais de 78%, um verdadeiro acontecimento para os padrões espanhóis), pelo que é bastante improvável que os efeitos das sondagens tenham desmobilizado alguém. Mas a argumentação mais radical foi possivelmente a que surgiu num jornal de economia. Depois de uma evolução ascendente ao longo das semanas que precederam as eleições, o mercado bolsista registou uma queda abrupta perante os resultados eleitorais, que sugeriam um governo muito fraco. Nessas circunstâncias, o jornal económico *Cinco Días* propôs que se movesse um processo judicial contra as empresas de sondagens devido às suas «responsabilidades» (*sic*) na queda do mercado de valores.

Provavelmente, mais importante do que a reacção dos meios de comunicação e dos políticos foi a reacção dos organismos profissionais de sondagens a toda essa situação. Após um momento inicial de perplexidade, optou-se por uma abordagem mais parcimoniosa, dentro da linha seguida pela Market Research Society do Reino Unido após o fiasco de 1992. Em Espanha, a associação industrial ANEIMO criou um grupo de trabalho (para o qual o autor do presente artigo foi nomeado como *rapporteur*) que em Outubro desse mesmo ano apresentou um estudo muito completo sobre o assunto. O documento (ANEIMO, 1997) considera três tipos diferentes de factores: (a) factores associados ao clima de opinião; (b) factores associados aos problemas técnicos da amostragem e da recolha de dados; (c) factores associados aos instrumentos analíticos utilizados na previsão das percentagens de votos e da distribuição de assentos parlamentares.

Quanto à primeira área considerada, sublinhou-se a importância das mudanças de última hora, impossíveis de identificar devido à proibição da

publicação de sondagens nos sete dias anteriores ao acto eleitoral. Foram identificados três factores diferentes: mobilização tardia dos votantes do PSOE; transferência para o PSOE dos votantes indecisos; *last but not least*, o eventual efeito das próprias sondagens, suscitando entre alguns votantes o receio de uma vitória do PP demasiado acentuada.

Quanto aos problemas que afectam a amostragem e a recolha de dados, foram identificadas algumas práticas pelo menos *duvidosas*. A utilização de quotas relativamente não controladas para seleccionar os inquiridos, a falta de controlo suficiente sobre a distribuição sócio-demográfica das respostas «não sabe/não responde», a limitada ponderação de acordo com outras variáveis, que não a da votação anterior, e o recurso na mesma pesquisa à entrevista directa e por via telefónica foram claramente identificados como factores que podem contribuir para a fraqueza estatística das sondagens.

Finalmente, concluiu-se que a análise dos dados tinha sido particularmente ineficaz na ocasião anterior. Especificamente, a ponderação automática dos dados segundo a votação anterior poderá ter acentuado o erro das previsões, tendo em conta que o clima de opinião afectava ambas as dimensões. Além disso, existia um sistema particularmente fraco (e mal explicado) para a previsão da distribuição dos assentos parlamentares, já que, obviamente, a base estatística não era suficientemente forte para o permitir.

Esta análise, apresentada seis meses depois das eleições, teve um impacto mediático muito menor do que o anterior fracasso das previsões. Mas, pelo menos, muniu os profissionais de alguns argumentos para explicarem um tão infeliz acontecimento.

Depois desse episódio realizaram-se em Espanha eleições regionais, locais e europeias, principalmente em 1999. A maioria das sondagens relativas a estes processos eleitorais foram bastante precisas, como sempre tinha sido o caso com eleições de *segunda ordem*. Contudo, as eleições gerais de 2000 voltaram a dar azo a uma nova controvérsia.

As eleições realizaram-se em 12 de Março. Ao longo dos meses precedentes, quase todas as sondagens prognosticavam uma vantagem para o PP de 4 a 6 pontos percentuais sobre o segundo partido, o PSOE. Depois de convocadas as eleições, cinco semanas antes da sua realização, os socialistas alcançaram um acordo com a IU, a coligação liderada pelos comunistas, com vista a unirem forças na corrida ao senado num número limitado de províncias, nas quais, de acordo com os antecedentes eleitorais, a sua aliança poderia proporcionar-lhes uma maioria (o senado é eleito de acordo com a lei da maioria). Este acordo entre o PSOE e a IU revelar-se-ia um dos principais pontos em debate durante a campanha, se bem que o seu alcance e implicações práticas fossem, na realidade, muito secundários. De facto (Wert, 2000b), em termos de resultados eleitorais, o acordo foi um absoluto desastre: os candidatos da esquerda não conseguiram vencer por maioria em nenhuma das 29

províncias. Em breve se chegava à conclusão de que o principal impacto do acordo, se algum houve, foi o da deterioração das perspectivas eleitorais tanto para os socialistas como para os comunistas. Pelo contrário, o PP organizou uma campanha muito inteligente, fortemente estimulada pelos ventos favoráveis da economia e pela subida do emprego, ao passo que os socialistas se revelaram incapazes de contra-atacarem ou de exercerem qualquer controlo sobre a agenda eleitoral, que foi claramente dominada pelo partido do governo. As últimas sondagens publicadas mostravam uma margem de vantagem para o PP bem mais favorável do que aquela que tinha resultado das eleições de 1996.

Não obstante, como podemos observar no quadro n.º 4, todas as sondagens ficaram aquém das verdadeiras dimensões da vitória do PP sobre o PSOE tanto em termos de votos (uma vantagem de 10,5 pontos percentuais, bem acima da média de 4,2 prognosticada pelas sondagens) como em termos da distribuição dos assentos parlamentares (maioria absoluta para o PP, que alcançou mais 63 assentos do que o PSOE).

Em grande medida, a explicação reside nos acontecimentos de 1993 e, sobretudo, de 1996. Em ambas as ocasiões, as sondagens tinham subestimado a *mobilização de última hora* dos votantes indecisos que tinham, finalmente, optado pelos socialistas. Assim, durante o tratamento dos dados, os técnicos de sondagens anteciparam que a situação evoluiria de modo similar durante a última semana de campanha (abrangida pela norma de veto da lei eleitoral). Mas tal não aconteceu: os votantes desmobilizados do centro-esquerda resolveram ficar em casa no dia das eleições (a participação eleitoral registou menos 10 pontos percentuais do que nas eleições de 1996). Devido a estudos de *tracking* ao longo do período abrangido pela norma de veto, foi possível verificar que as coisas iriam correr de modo diferente desta vez: ao longo dos dez dias anteriores às eleições a discrepância entre os dois principais partidos permaneceu estável. Alguns técnicos de sondagens (incluindo o autor do presente artigo; Wert, 2000a) puderam até antecipar a maioria absoluta do PP... mas apenas nos meios de comunicação estrangeiros.

Embora se registassem algumas discussões e críticas no período que se seguiu às eleições, o impacto foi consideravelmente menor do que o de 1996. As explicações dos técnicos de sondagens foram bem aceites, uma vez que eram bastante simples e compreensíveis, tendo em conta as ocasiões precedentes.

A INDÚSTRIA DAS SONDAJENS NA ESPANHA DE HOJE: UMA PERSPECTIVA GERAL

Após esta revisão histórica da *performance* das sondagens políticas em Espanha ao longo de quase duas décadas, descreverei de um modo muito sucinto a situação corrente desta área profissional na Espanha de finais do século xx.

Eleições legislativas espanholas: previsões de voto, 2000

[QUADRO N.º 4]

	Demoscopia		Inst. Opina		Eco-Ipsos		Sigma 2		Vox Pública		Sondaxe		Metra Seis	
	Per- centa- gem	Assen- tos	Per- centa- gem	Assen- tos	Per- centa- gem	Assen- tos	Per- centa- gem	Assen- tos	Per- centa- gem	Assen- tos	Per- centa- gem	Assen- tos	Per- centa- gem	Assen- tos
	<i>El País</i>		<i>La Vanguardia</i>		ABC		<i>El Mundo</i>		<i>El Periódico de Cataluña</i>		<i>Diario 16</i>		<i>Crujo Correo</i>	
	5 de Março		5 de Março		5 de Março		5 de Março		5 de Março		5 de Março		5 de Março	
PP	41,7	165-171	41,8	166-170	40,5	158-164	41,9	164-168	41,7	165-170	42,1	163-170	41,5	162-170
PSOE	37,1	131-139	37,2	136-140	36,7	138-144	37,3	137-143	37,6	135-140	37,4	136-143	36,7	134-142
IU	7,3	9-13	8,0	12-14	7,3	9-12	6,5	9-11	7,5	9-12	8,1	11-14	8,0	12-13
CiU	4,1	14-15	4,2	14-15	4,3	15-16	4,5	16	4,2	13-14	4,3	13-15	4,4	15-16
PNV	1,4	6-7	1,3	6	1,4	6-7	1,7	6-7	1,6	7-8	1,6	7	1,4	7
CC	1,0	3-4	1,0	4	1,0	4	0,9	4	1,2	4-5	1,1	3	NA	4-5
BNG	1,3	4-5	1,0	3	1,2	4-5	1,3	3-5	1,7	4-5	1,4	3-5	NA	4-5
Outros	6,1	3-5	-	1-3	7,6	-	6,0	-	4,5	-	4,0	2-6	8,0	1-4

Fonte: Elaboração do autor.

À excepção das sondagens esporádicas à opinião política que podem ser conduzidas por académicos que utilizam os recursos das universidades, a maior parte das sondagens políticas realizadas em Espanha são da responsabilidade quer de instituições públicas, quer de agências de pesquisa profissionais privadas.

Como assinalámos anteriormente, o CIS é a principal instituição pública de sondagens. A sua função é levar a cabo pesquisas de opinião pública numa série de áreas de interesse público. O orçamento de pesquisa do CIS é superior a 6 milhões de euros, dos quais mais de 80% são utilizados para financiar as pesquisas conduzidas mediante os seus próprios recursos (envolvendo um vasto trabalho no terreno por entrevista directa e amplas capacidades de processamento de dados); o resto dos recursos é utilizado para financiar pesquisas e análises de dados encomendadas, respectivamente, a agências privadas e a académicos. Um barómetro da opinião pública, conduzido mensalmente com base numa amostra representativa de 2500 adultos, constitui um padrão de referência para os meios de comunicação, especialmente porque inclui trimestralmente uma projecção das intenções de voto. Para além disto, o CIS conduz habitualmente pesquisas pré-eleitorais bastante amplas, também elas muito influentes. Mas a sondagem política estrita representa menos de 20% de todas as actividades de sondagem levadas a cabo por este organismo.

Quanto ao sector privado, existem algumas empresas de sondagens bastante conhecidas, com ligações estáveis aos jornais e a outros meios de comunicação, que conduzem sondagens de opinião, algumas delas em séries temporais regulares. Entre estas iniciativas de cooperação regular, a que se encontra estabelecida há mais tempo é o barómetro trimestral *Demoscopia/El País*, publicado desde 1986. Mais recentemente, *Sigma Dos/El Mundo* e *Opina/La Vanguardia* também estabeleceram pesquisas regulares (trimestrais). Menos sistematicamente, outras empresas têm exercido um impacto significativo sobre as sondagens políticas publicadas pelos meios de comunicação. As mais destacadas são a *Eco/Ipsos* (que realiza pesquisas pré-eleitorais para o jornal *ABC* e é a mais activa nas sondagens à boca das urnas transmitidas pelos canais de televisão pública), a *Metra Seis* e a *Gallup*.

Os clientes são sobretudo os meios de comunicação, os partidos políticos e os organismos públicos, numa proporção provável de um terço cada um, se bem que não existam dados públicos sobre as despesas de pesquisa — à excepção das despesas eleitorais dos partidos, as quais, de acordo com a lei eleitoral, estão sujeitas a fiscalização pública. Para os dois principais partidos espanhóis, estas despesas de sondagem política representam menos de 5% das suas despesas totais de campanha eleitoral.

Tudo considerado, o mercado espanhol da opinião política encontra-se em fase de crescimento, se bem que a um ritmo mais lento do que outros

segmentos da área das pesquisas de opinião e mercado. Embora os meios de comunicação dediquem considerável atenção às notícias das sondagens, as ligações estáveis entre os meios de comunicação e as empresas são relativamente escassas. Além disso, a maior parte dos meios de comunicação não desenvolvem uma política consistente quanto à utilização de sondagens à opinião pública. As perspectivas futuras não são muito claras. Irão depender da evolução da percepção pública quanto à precisão das sondagens nas próximas eleições, além de muitos outros factores, como as mudanças tecnológicas e, especificamente, a revolução da ICT e da Internet.

AS SONDAGENS POLÍTICAS EM PORTUGAL

ANTECEDENTES

O Portugal moderno nasceu na madrugada de 25 de Abril de 1974, quando um grupo de oficiais do exército de diversas tendências políticas — desde liberais moderados a revolucionários marxistas — deu início à revolução dos cravos para derrubar o mais longo regime autoritário da Europa ocidental, o Estado Novo, que tinha sido fundado por Oliveira Salazar na década de 20 e se convertera, sem qualquer ruptura formal, no Estado corporativo de Marcelo Caetano nos anos 60.

Este antigo regime era um exemplo típico do paradigma conservador-autoritário (González Hernández, 1999). Como tal, entre as suas características contavam-se a restrição da liberdade de expressão e a ausência de processos eleitorais verdadeiramente competitivos. À semelhança do que acontecia em Espanha durante o regime de Franco, em Portugal também se celebravam eleições. Mas, como já foi dito, eram *eleições sem escolha* (Schmitter, 1977). A percentagem da população adulta com direito ao voto e à participação real nesses processos quase não ultrapassou os 10% nas eleições para a Assembleia Nacional realizadas entre 1934 e 1973.

Sob o regime autoritário, Portugal era uma sociedade retrógada, bastante isolada relativamente ao resto da Europa e marcada por um atraso muito substancial não só em termos económicos, como também ao nível da educação e do desenvolvimento cultural. Escusado será dizer que este clima não era particularmente favorável ao florescimento das sondagens políticas, actividade que se manteve virtualmente inexistente durante o regime de Salazar-Caetano.

A fase inicial da revolução — o período entre 1974 e 1976 — foi bastante incerta sob diversos pontos de vista. Não era de todo evidente que o resultado final do processo viesse a ser uma democracia de tipo ocidental. O lugar das forças armadas no novo sistema político, as contendas no interior das próprias forças armadas (com uma facção marxista muito activa que tentou transfor-

mar Portugal numa república soviética), a problemática formação dos partidos de centro-esquerda e de centro-direita, a readaptação política de uma elite que tinha apoiado o antigo regime... eram alguns dos pontos centrais do debate político, por entre um complicado processo de descolonização, acompanhado pelo regresso à metrópole das centenas de milhares de pessoas que viviam desde há muito nas antigas colónias (os chamados *retornados*).

Como consequência da retórica esquerdista e populista desse período, a primeira lei eleitoral (que regeria os actos eleitorais até à reforma constitucional de 1982) proibia a publicação de quaisquer sondagens durante todo o período eleitoral, isto é, a partir do momento da convocação de umas eleições. Esta interdição extrema, vigente até meados da década de 80 e só ligeiramente atenuada no início dos anos 90, constituiu um factor de suprema importância na formação de uma tradição de sondagens políticas em Portugal.

Porque, de facto, esta proibição de publicação não excluiu absolutamente as sondagens de opinião política dos processos eleitorais, convertendo-as antes em matéria de informação privilegiada, rumores e insinuações.

As actividades de sondagem eram levadas a cabo pelos partidos, associações industriais, empresas multinacionais e outros agentes interessados na dinâmica eleitoral. Deram origem a muitos rumores e eram, com frequência, objecto de manipulações, alterações e interpretações tendenciosas. Em certas ocasiões quase provocaram conflitos diplomáticos, como aquele em que o autor deste artigo — involuntariamente — se viu envolvido.

Quando, em 1979, os dois partidos do centro-direita — Partido Social-Democrata (PSD) e Centro Democrático Social (CDS) — uniram forças na Aliança Democrática (AD), solicitaram à UCD — que então governava a Espanha — alguma cooperação de *know-how* eleitoral. Foram recrutados vários consultores nas áreas da estratégia, comunicação e sondagens políticas — entre eles, o autor do presente artigo, com a missão de conduzir uma série de sondagens. Quando se espalhou em Lisboa o rumor da cooperação entre a AD e um grupo de consultores espanhóis, o líder socialista, Mário Soares, reagiu, declarando que essa colaboração (e, particularmente, na área das sondagens) constituía uma prova da «ambiçãõ imperialista» dissimulada dos espanhóis e facilitada pelos líderes da AD.

Não obstante esta situação, Portugal assistiu a um desenvolvimento das sondagens políticas entre meados dos anos 70 e meados dos anos 80, altura em que a proibição de publicação foi parcialmente revogada. Alguns professores universitários e investigadores privados deram início a diversas operações de pesquisa esporádicas. As principais agências de pesquisa privadas que trabalham actualmente na área da opinião pública, como a Norma, a Euroexpansão, a Metris e a Euroteste, foram fundadas nos anos 70 e inícios dos anos 80. Durante esse período, especialistas de renome, como Mário

Bacalhau, Luís Valente ou José Vidal de Oliveira, conduziram pesquisas que continuam a servir de referência (Bacalhau, 1979).

AS SONDAGENS NO PORTUGAL MODERNO: OS DESENVOLVIMENTOS RECENTES

Em Portugal, o primeiro passo para a *normalização* no que respeita às sondagens políticas só teve lugar com a reforma da Constituição de 1982, que veio alterar a proibição absoluta de publicação que tinha prevalecido desde o início da revolução, substituindo-a por uma interdição mais limitada, de 30 dias. Este sistema, ainda bastante austero, foi subseqüentemente alterado de acordo com o modelo da lei francesa, tal como aconteceu em Espanha. A publicação de sondagens recai actualmente sob a regulação da Lei n.º 31/91 (lei das sondagens), que proíbe a publicação durante os sete dias que antecedem as eleições, bem como no próprio dia de eleições, e estipula um sistema de multas para aqueles que infringem a interdição de publicação. A Comissão Nacional de Eleições é a entidade responsável por estas multas, ao passo que a Alta Autoridade para a Comunicação Social mantém a disciplina no que toca aos outros aspectos da publicação de sondagens (assim como, por exemplo, a descrição técnica completa, a transcrição textual dos questionários, a percentagem de respostas «não sabe/não responde», etc.).

Desde o momento em que foi autorizada a publicação de sondagens políticas durante os períodos eleitorais, Portugal assistiu a três eleições gerais (1991, 1995 e 1999). As primeiras foram ganhas pelo PSD por maioria absoluta, ao passo que as duas seguintes foram vencidas pelo Partido Socialista, que ficou um pouco aquém dessa maioria.

As previsões adiantadas no âmbito dessas ocasiões eleitorais podem merecer críticas mistas, tendo em conta a ausência de uma tradição na área das sondagens e algumas insuficiências estruturais das empresas dessa área particular. De um modo geral, essas primeiras sondagens evidenciaram uma propensão sistemática para sobrestimarem os partidos da oposição, propensão essa que poderemos ilustrar por meio de alguns exemplos.

Em 1991 foram publicadas 16 sondagens diferentes em jornais e revistas semanais conduzidas por cinco organismos de pesquisa diferentes. A dimensão das amostras variava entre um mínimo de 500 e um máximo de cerca de 6000. Uma das sondagens que utilizava uma amostra mais alargada (superior a 5000) foi de facto a única que errou na previsão do vencedor, dando uma pequena vantagem ao PS, que, pelo contrário, foi ultrapassado pelo PSD por uma margem superior a 20 pontos percentuais.

A maioria real do PSD foi de 50,6%, embora todas as sondagens (com a excepção acima indicada) tivessem prognosticado um resultado entre os 39% e os 47% — isto é, subestimaram a força eleitoral desse partido numa razão entre os 6% e os 20%. No que toca ao PS, que conquistou 29,1% dos votos,

as sondagens tinham prognosticado um resultado entre os 27% (um único caso de subestimação) e os 38% (uma sobrestimação de quase 30%). Em vez de uma margem de 20 pontos entre os dois partidos mais votados, as sondagens tinham previsto, em média, uma margem de 9 pontos (Calafate, 1995).

Em 1995, após um longo período de hegemonia do PSD sob a liderança de Aníbal Cavaco Silva, Portugal assistiu a um momento de viragem política. O número de sondagens publicadas aumentou ao longo do período eleitoral e no último dia em que era permitida a publicação os meios de comunicação divulgaram sete sondagens diferentes (Calafate, 1995) (quadro n.º 5). Todas elas previam a vitória do PS, mas variavam significativamente quanto à margem de diferença entre os principais partidos, que oscilava entre menos de 1 ponto percentual e 18 pontos percentuais. Em média, esta diferença prevista entre o PS e o PSD era de 7 pontos percentuais, o que se aproximava bastante dos resultados que viriam a verificar-se na realidade. Não obstante, no período que se seguiu às eleições, as sondagens foram alvo de muito mais críticas do que nas eleições anteriores (Lima, 1995; Vidal, 1995). Registou-se, em particular, uma azeda discussão onde alguns argumentos de ordem técnica sobre a utilidade da ponderação segundo a votação anterior se misturaram com argumentos políticos sobre quem se encontrava por detrás de uma sondagem particular e sobre o modo como as sondagens eram utilizadas para influenciarem a batalha política (González Hernández, 1999.)

Eleições legislativas portuguesas: previsões de voto, 1995

[QUADRO N.º 5]

	Data	Agência de pesquisa	PSD	PS	CDU	CDS/PP
<i>Público</i> /RR/TVI	23/9	U. Católica	35	40	9	10
<i>DN</i> /TSF/RTP	23/9	Euroteste	35	39	9	10
<i>Expresso</i>	23/9	Euroexpansao	32,7	44,5	11,5	6,9
<i>JN</i>	23/9	Ipsos	29	34	8	8,5
<i>Independente</i>	22/9	Metris	29	34	9	8
<i>Semanário</i>	23/9	Compta	40	41	10	7,5
<i>Visão</i>	21/9	Markttest	31	49	6	7
Resultados reais	—	—	34,1	43,8	8,6	9,1

Fonte: Adaptado de Calafate (1995).

Nas eleições de 1999, o grau de incerteza era muito limitado. A vitória do PS liderado por António Guterres, um socialista moderado que conseguiu levar Portugal a satisfazer as condições necessárias para a adesão ao grupo dos países da zona euro, era dada como certa pela maioria e a única dúvida era se essa vitória seria ou não por maioria absoluta.

No último dia antes do período de proibição, os diferentes meios de comunicação publicaram seis sondagens. Todas elas previam a vitória do PS

por uma margem substancial relativamente ao seu principal adversário, o PSD, e a maior parte indicava a possibilidade de uma maioria absoluta. Na realidade, os socialistas ficaram apenas a 6 assentos de distância dessa maioria. Terminadas as eleições, não se verificaram quaisquer controvérsias importantes a propósito das sondagens e do grau de precisão das suas previsões.

A ocasião seguinte chegaria em 1996, com as eleições presidenciais, em que o socialista Jorge Sampaio e o conservador Cavaco Silva disputaram uma intensa corrida eleitoral. Como podemos ver no quadro n.º 6, e com a única excepção de uma sondagem conduzida pela Universidade Católica, as sondagens tenderam a sobrestimar a vantagem de Sampaio, mas nenhuma delas errou na previsão do vencedor.

Previsões de voto nas eleições presidenciais de 1996 em Portugal
(em percentagem)

[QUADRO N.º 6]

Candidatos	Resultados reais	Católica	Metris	Euroexpansão	Euroteste
Sampaio	53,8	52,1	57,1	57,7	57,5
Cavaco Silva	46,2	47,9	42,9	42,3	42,5

Fonte: Elaboração do autor com base em dados fornecidos pelo Prof. Magalhães.

As previsões para as eleições legislativas de 1999, cujos resultados foram extremamente similares aos de 1995, mostraram uma vez mais o mesmo padrão: os resultados do partido vencedor (PS) foram ligeiramente sobrestimados, tal como a sua vantagem relativamente ao PSD, mas, tudo considerado, as previsões ofereceram uma imagem bastante próxima do resultado real.

Algumas sondagens erraram na previsão de um dos aspectos do resultado político, já que, ao sobrestimarem a vantagem dos socialistas, prognosticaram uma maioria absoluta no parlamento, que não viria a verificar-se, por uma estreita margem. O quadro n.º 7 mostra essas previsões.

Previsões de voto nas eleições legislativas de 1999 em Portugal
(em percentagem)

[QUADRO N.º 7]

	Resultados reais	Católica	Euroexpansão	Markttest	SIC/Visão
PS	44,0	47,2	47	46,0	49,4
PSD	32,3	30,0	30,5	31,0	32,8
CDU	9,0	7,9	5,5	11,0	7,0
CDS-PP	8,4	7,2	7,5	5,0	6,0
BE	2,5	2,8	2,0	2,8	1,0

Fonte: Elaboração do autor com base em dados fornecidos pelo Prof. Magalhães.

E, para concluir, o último episódio diz respeito às eleições presidenciais de 2001. O socialista Jorge Sampaio, candidato a um segundo mandato, venceu por uma margem muito alargada o seu principal adversário, o conservador Ferreira do Amaral. As previsões das sondagens apontavam — uma vez mais — para uma margem ainda mais ampla, mas o facto não teve quaisquer consequências (quadro n.º 8). Obviamente, neste tipo de competições eleitorais — em que não existe qualquer incerteza quanto aos resultados — o papel desempenhado pelas sondagens é entendido como menos importante.

Previsões de voto nas eleições presidenciais de 2001 em Portugal

(em percentagem)

[QUADRO N.º 8]

Candidatos	Resultados reais	Católica	Euroexpansão	SIC/Visão
Sampaio	55,8	63,5	64,8	67,6
Ferreira do Amaral	34,5	29,1	31,9	27,6
António Abreu	5,1	2,4	1,2	1,5
Fernando Rosas	3	2,7	1,7	2,2
Garcia Pereira	1,6	2,2	0,4	0,9

Fonte: Elaboração do autor com base em dados fornecidos pelo Prof. Magalhães.

A INDÚSTRIA DAS SONDAGENS EM PORTUGAL

Portugal apresenta actualmente uma indústria de sondagens políticas plenamente amadurecida. A Euroteste, a Universidade Católica e a Ipsos são os agentes mais conhecidos entre aqueles que se especializaram nesta área, que poderá movimentar um total médio de 3 milhões de euros por ano, se bem que não existam estimativas oficiais.

A recolha de dados tem sido realizada, tradicionalmente, por entrevista directa; porém, com o aumento substancial da penetração telefónica nos lares em finais dos anos 90 (que é, actualmente, superior a 80% a nível nacional), o telefone é utilizado com crescente frequência.

Não existem instituições públicas especializadas na área das sondagens; em contrapartida, algumas universidades, das quais se destaca a Universidade Católica, têm-se mostrado muito activas nesta área.

As perspectivas futuras são boas. A crescente abertura da economia e da sociedade portuguesas, plenamente integradas na União Europeia, estimula a entrada de grupos multinacionais na área das pesquisas de mercado e opinião. De facto, algumas das empresas mais activas na área das sondagens políticas são filiais de grandes grupos, como o Ipsos, o Inra ou o Taylor Nelson Sofres. Um crescente grau de profissionalismo, a progressiva introdução de novos instrumentos e técnicas de recolha e análise de dados e o crescente interesse da imprensa e dos meios de comunicação, em geral, pelas sondagens políticas deverão criar oportunidades para o futuro desenvolvimento desta actividade.

BIBLIOGRAFIA

- ANEIMO (1997), *Resumen de las Conclusiones del Grupo de Trabajo para el Estudio de las Encuestas Electorales*, mimeo.
- BACALHAU, Mário (1979), *Os Portugueses e a Política, Quatro Anos depois do 25 de Abril: Sondagem à Opinião Pública*, Lisboa, Editorial Meseta.
- CALAFATE, Rui (1995), «No reino das sondagens», in *Semanário*, 29 de Setembro de 1995, p. 9.
- CIS (1987), *Actitudes de los Españoles ante la OTAN*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.
- GINER, Juan Antonio (1983), «Political opinion polling in Spain», in Robert M. Worcester (ed.), *Political Opinion Polling: An International Review*, Londres, McMillan.
- GONZÁLEZ HERNÁNDEZ, Juan Carlos (1999), *Desarrollo Político y Consolidación Democrática en Portugal*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.
- GUNTHER, R., MONTERO, J. R., e WERT, J. I. (1999), *The Media and Politics in Spain: from Dictatorship to Democracy*, «Documentos de Trabalho», 176, Barcelona, Institut de Ciències Polítiques i Socials.
- HENN, Matt (1998), *Opinion Polls and Volatile Electorates. Problems and Issues in Polling European Societies*, Ashgate, Aldershot.
- LIMA, José António (1995), «Sondagens, previsões e totoloto», in *Expresso*, 29 de Setembro de 1995.
- LÓPEZ PINTOR, Rafael (1982), *La Opinión Pública Española del Autoritarismo a la Democracia*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.
- LÓPEZ PINTOR, Rafael (1994), «Tendencias en la evolución de la opinión pública y el desarrollo de una cultura política democrática», in M. Juárez (ed.), *Informe Sociológico sobre la Situación Social en España. Sociedad para Todos en el Año 2000*, Madrid, Fundación Foessa.
- MONZÓN, Cándido, e ROSPIR, Juan Ignacio (1992), «Las encuestas electorales», in A. Muñoz Alonso, C. Monzón, J. I. Rospir e J. L. Dader, *Opinión Pública y Comunicación Política*, Madrid, Eudema.
- NOELLE-NEUMANN, Elisabeth (1984), *The Spiral of Silence. Public Opinion — Our Social Skin*, Londres, The University of Chicago Press.
- RAMÍREZ, Pedro J. (1979), *Así Se Ganaron las Elecciones 1979*, Madrid, Prensa Española.
- SARTORI, Giovanni (1976), *Parties and Party Systems, A Framework for Analysis I*, Cambridge, Mass., Cambridge University Press.
- SCHMITTER, Phillipe (1977), «Les elections sans choix en Portugal», in *Revue française de science politique*, París, vol. 27, 1.
- VIDAL DE OLIVEIRA, José (1995), «A polémica das sondagens», in *Expresso*, 12 de Outubro de 1995.
- WERT, José Ignacio, e LÓPEZ PINTOR, Rafael (1989), «Polls and politics: an empirical history of misunderstanding, in *Seminar on Opinion Polls* (actas), Amsterdão, ESOMAR-WAPOR.
- WERT, José Ignacio (1994), «Perspectivas de reforma del régimen electoral: campañas, medios de comunicación e encuestas electorales», in José Ramón Montero, Richard Gunther, José Ignacio Wert, Julián Santamaría e Miguel Ángel Abad, *La Reforma del Régimen Electoral*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales.
- WERT, José Ignacio (1996), *Carta Abierta a Un Incrédulo sobre las Encuestas y Su Muy Disputado Crédito*, Barcelona, Península.
- WERT, José Ignacio (2000a), «Las encuestas de 12-M: una explicación», in *El País*, 14 de Março de 2000, p. 28.
- WERT, José Ignacio (2000b), «Entre la lluvia y el diluvio: Empezando a analizar el 12M», in *Claves de Razón Práctica*, Abril de 2000.
- WORCESTER, Robert M. (1983), «Political opinion polling in Great Britain», in Robert M. Worcester (ed.), *Political Opinion Polling: An International Review*, Londres, McMillan.